

## Consórcio Complexo Nascentes do Pantanal

União pelo desenvolvimento dos municípios

ornao pero deserivorvimento dos manici

**Autor:** Consórcio Complexo Nascentes do

Pantanal Aprovada: 19/12/2019, Sancionada:

**Local:** <u>Legislação e Atos Oficiais</u>, <u>Resoluções Normativas</u>.

## Resolução Normativa nº 065/2019

# RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 065/2019, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS NO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Página: 1/3

13h37m

Impressão: 19/08/2025 às

**PAULO REMÉDIO**, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Cláusula Vigésima do Contrato de Consórcio Público e Autorização da Assembleia Geral Ordinária realizada na data de 19 de dezembro de 2019;

Considerando o disposto na Cláusula Quadragésima do Contrato Consórcio e a aprovação do Projeto de Resolução Normativa Nº 065/2019 na Assembleia Geral;

#### **RESOLVE**

- **Art. 1º** -O Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, fica autorizado a receber, como estagiários, educandosque estejam freqüentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos, objetivando o aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.
- §  $1^{\circ}$  O recebimento de estagiários deverá estar limitado à capacidade do Consórcio.
- $\S 2^{\circ}$  O Consórcio poderá receber educandos para estágio não-obrigatório para atender eventual necessidade do Consórcio ou de projeto específico.
- Art. 2º -A contratação de educandos para estágio não-obrigatório deverá ser precedido de



Estado de Mato Grosso

Consorcio Nascentes Complexo Nascentes Ido Pantanal

Consórcio Complexo Nascentes do Pantanal

União pelo desenvolvimento dos municípios

Página: 2/3

Impressão: 19/08/2025 às

13h37m

processo de seleção e obedecer os princípios da legalidade, impessoalidade e publicidade conforme determinado pelo Artigo 37 da Constituição Federal.

- $\S~1^{\circ}$  Os educandos contratados para estágio não-obrigatório receberão bolsa mensal equivalente a um salário mínimo vigente;
- § 2º Os estagiários contratados para estágio não-obrigatório poderão receber auxilio transporte e auxílio alimentação, considerando-se as condições e local estabelecido para o exercício do estágio.
- $\S 3^{\circ}$  Na contratação de educandos para estágio não-obrigatório, o Consórcio deverá contratar em favor do estagiário seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, conforme fique estabelecido no termo de compromisso. (Inciso IV do Artigo  $9^{\circ}$  da Lei 11.788/2008)
- **Art. 3º** -A jornada de atividade em estágio será definida de comum acordo entre a instituição de ensino, a parte concedente e o aluno estagiário ou seu representante legal, devendo constar do termo de compromisso ser compatível com as atividades escolares e não ultrapassar a 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, no caso de estudantes do ensino superior, da educação profissional de nível médio e do ensino médio regular.
- **Art. 4º** -O estágio obrigatório e o estágio não-obrigatório não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, observados os seguintes requisitos:
- I -matrícula e freqüência regular do educando em curso de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e nos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos e atestados pela instituição de ensino;
- II -celebração de termo de compromisso entre o educando, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino;
- **III** -compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no termo de compromisso.
- **Parágrafo Único -** O estágio, como ato educativo escolar supervisionado, deverá ter acompanhamento efetivo pelo professor orientador da instituição de ensino e por supervisor da parte concedente, comprovado por vistos nos relatórios referidos no inciso IV do caput do art.  $7^{\circ}_{-}$  da Lei 11.788/2008.
- **Art.** 5º -A duração do estágio, na mesma parte concedente, não poderá exceder 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de estagiário portador de deficiência.
- **Art. 6º** É assegurado ao estagiário, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 (um) ano, período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante suas





### Consórcio Complexo Nascentes do Pantanal

União pelo desenvolvimento dos municípios

Impressão: 19/08/2025 às

Página: 3/3

13h37m

férias escolares.

§ 1º - O recesso de que trata este artigo deverá ser remunerado quando o estagiário receber bolsa ou outra forma de contraprestação.

§ 2º - Os dias de recesso previstos neste artigo serão concedidos de maneira proporcional, nos casos de o estágio ter duração inferior a 1 (um) ano.

Art. 7º -Aplicam-se a esta Resolução os dispositivos legais vigentes, em especial a Lei Federal nº 11.788/2008. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício sede do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, aos dezenove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezenove.

#### **PAULO REMÉDIO**

Presidente do CIDESAT do Complexo Nascentes do Pantanal

#### **ANEXOS:**



RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 065/2019 - **Publicado:** 19/12/2019 às 08h55m - [pdf] - [609.3

KB]

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 065/2019 Publicação - **Publicado:** 19/12/2019 às 08h55m -[pdf] - [105.6 KB]

https://www.nascentesdopantanal.org.br/transparencia/legislacao-e-atos-oficiais/795-resolucao-normativa-n-065-2 019

